

OS FLUXOS MIGRATÓRIOS NA ÁFRICA DO SUL E SEUS IMPACTOS NA ÁFRICA AUSTRAL (1960-2000)

Pedro Brites¹

Yuri Debrai Padilha²

Introdução

O fim da II Guerra Mundial instituiu uma nova estrutura geopolítica nas relações internacionais, modificando a dinâmica dessas relações na África Austral, tanto pela mudança dos países europeus em relação aos países da região, quanto pela aceleração dos processos de libertação dos povos africanos. Tal cenário contribuiu para uma modificação nos processos migratórios desse período, ainda apresentando impactos na atual dinâmica migratória na República da África do Sul (RAS).

A presente pesquisa busca investigar os processos migratórios ocorridos durante o longo caminho para a liberdade dos povos africanos, do período de 1960 ao início dos anos 2000. Logo, investiga-se sobre a influência da disputa bipolar da Guerra Fria e dos reflexos que o desenvolvimento capitalista periférico da África do Sul possuiu para os processos de migração do país. Atualmente, esse Estado destaca-se como liderança política e econômica na região, sendo destino de muitos contingentes migratórios. Todavia, parte desse prestígio apresenta bases ligadas ao regime do *Apartheid*, cujo “desenvolvimento separado” implicou em um quadro de desigualdade social, persistindo até hoje no país.

¹ Escola de Relações Internacionais, Fundação Getúlio Vargas, Porto Alegre, Brasil. E-mail: pvbrites@gmail.com.

² Departamento de Relações Internacionais, Centro Universitário Ritter dos Reis, Porto Alegre, Brasil. E-mail: yuridebraipadilha@gmail.com.

O período que se estende entre os anos 1960 e 2000, na África Austral, é marcado pela presença de movimentos de libertação anticolonial (movimentos formados por partidos, sindicatos, grupos religiosos e outros) que, em alguns casos, formavam redes de apoio e abrigo aos grupos de resistência e a migrantes da região (Braga 2011). Esse cenário caracterizava o amadurecimento do nacionalismo africano e o sentimento africanista, muitas vezes expostos pelos movimentos de negritude³ e pan-africanista⁴ (Visentini e Ribeiro 2013). O ambiente de busca pela libertação, somado ao sentimento apurado de nacionalismo africano, contribuiu para o fortalecimento do sentimento africanista, cujos efeitos também potencializaram a acolhida de imigrantes e refugiados africanos dentro de seu próprio continente.

A década de 1960 ficou marcada pela eclosão de diversos processos de independência. Na África Austral, esse período marcou uma série de violentos conflitos, muitos dos quais, duraram até a década de 1990 (Schütz 2014). Observa-se que muitas destas independências implicaram em novas composições políticas, com velhas práticas opressoras e racistas, motivando a guerrilha armada em muitos países da África Austral (Chanaiwa 2010).

Ainda, a década de 1960 simboliza uma radical mudança na política internacional, influenciada pelo ambiente do pós-Segunda Guerra. Nesse sentido, destaca-se a assinatura do Acordo de *Bretton Woods* (1944), da Carta da ONU (1945), da Declaração Universal dos Direitos Humanos/DUDH (ONU 1948) e a ascensão da disputa bipolar entre EUA e URSS (ambos anticoloniais). Aos países da periferia global, a bipolaridade trouxe efeitos geopolíticos profundos, afinal, as disputas pelo equilíbrio de poder internacional foram deslocadas do centro para a periferia. Assim, as Guerras Locais, que se multiplicaram ao longo dos mais de quarenta anos de Guerra Fria, passaram a ser o epicentro das disputas entre EUA e URSS.

Esse momento político foi marcado pelo surgimento do Movimento dos Não-Alinhados (MNAL), movimento que emergiu na Conferência de Belgrado (1961), influenciado pelo debate desenvolvido em Bandung (1955), onde se criou uma coalizão entre os países terceiro- mundistas. Assim, em 1961 institucionalizaram-se os princípios discutidos em Bandung, em busca da independência desses países, da não violação dos direitos dos povos oprimidos (como a oposição ao *Apartheid*), do equilíbrio de mercado entre as

3 Sentimento de negritude liga-se ao movimento negritude, aquele que objetivava dar maior ênfase à cultura do movimento negro. Para saber mais, sugere-se a leitura de *Post Colonial Studies: The key concepts*, Ashcroft, Bill et al. (2000).

4 Por pan-africanismo entende-se o movimento que busca unificar a África em prol de seus próprios interesses. Para saber mais, sugere-se a leitura já citada a cima.

nações e do desenvolvimento econômico e industrial periférico (Pereira e Medeiros 2015).

O debate acerca do desenvolvimento econômico terceiro-mundista, além de gerar a criação do MNAL, também ocasionou a criação da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e do G-77, em 1964. Assim, nota-se a inserção da pauta do desenvolvimento desigual que, com a questão da deterioração dos termos de troca, passou a fazer parte dos debates em organismos internacionais (Pereira e Medeiros 2015).

Na busca pelo melhor desenvolver desta pesquisa, e para atingir seus respectivos objetivos, este trabalho estrutura-se em três etapas. A primeira avalia, de forma regional, o “desenvolvimento separado” no contexto do *Apartheid* e seus efeitos para os fluxos migratórios na África do Sul. Na segunda parte, sob o prisma das migrações para a África do Sul, analisam-se os movimentos de libertação negra priorizando a perspectiva africana para com a luta contra o neocolonialismo inglês e português. Já na terceira etapa, sob a perspectiva sul-africana, se analisam as mudanças sistêmicas que o fim da Guerra Fria representou para a África Austral e seus possíveis impactos para o fluxo migratório da região em direção à África do Sul.

O desenvolvimento separado do *Apartheid* sul-africano e a instrumentalização do trabalho migratório

A África do Sul tornou-se uma república em 1961. Contudo, a nova administração política não rompeu com o regime do *Apartheid*, que perdurou até 1994 (Pereira 2010). Ainda em 1948, o governo sul-africano aprovou uma série de leis segregacionistas, que colocava a população branca da África do Sul em vantagem às outras (negros, indianos e demais povos de origem não europeia). Esta segregação por meio da cor de pele apresentava reflexos também sobre os fluxos migratórios para o país, como o uso da *Immigrants Regularion Act* (1913), a qual apresentava um caráter xenofóbico e racista, onde o governo determinava que apenas pessoas brancas tivessem a liberdade de migrar e dificultava a vinda (e saída) de pessoas negras do país. Ademais, tal lei apresentava-se como um instrumento facilitador para mão de obra barata nas minas e na agricultura (Almeida 2015).

Em 1960, com a carta “Chamado À Nação”, escrita pelo Congresso Pan-Africano (PAC) (1959), um grupo de manifestantes negros reuniu-se

em ato contra a Lei do Passe⁵ e pelo aumento do salário mínimo. Entretanto, o poder público, munido de armas de fogo e bombas de gás lacrimogêneo reprimiu a manifestação. Esse evento, conhecido como o Massacre de Sharpeville, culminou com a morte de 72 pessoas e outras 186 feridas, assim representando um dos símbolos da violência do Apartheid (Chanaiwa 2010).

A partir desta data, o governo sul-africano culpou o ANC (Congresso Nacional Africano) e o PAC pela tragédia em Sharpville, proibindo a atividade destas e de demais organizações opositoras ao regime. Até então, as manifestações de libertação africana tinham caráter pacifista, todavia, o estabelecimento da violenta opressão estatal e a proibição dos movimentos de libertação, impulsionaram o surgimento de ramificações armadas de resistência. Assim, em 1961, o PAC formou o Poqo (“Somente Nós”) enquanto o ANC, liderado por Nelson Mandela e Walter Sisulu, deu origem ao Umkhonto We Sizwe (MK) (“Lança da Nação”) (Braga 2011). O ano de criação do MK também é reconhecido como o ano de fundação do Departamento de Imigração, setor do governo dedicado a incentivar a migração de pessoas brancas à África do Sul, enquanto repelia a vinda de imigrantes negros, com ressalvas para o trabalho destes nas minas (Almeida 2015). Em 1962, a RAS abdicou do acordo de Commonwealth, para fortalecer o projeto sul-africano de “desenvolvimento separado”(Chanaiwa 2010).

Devido às políticas do Apartheid, em 1962, a Assembleia Geral da ONU (AGNU) aprovou a resolução de número 1.761, a qual sugeriu algumas medidas de boicote (econômico, administrativo e diplomático) à RAS, com o intuito de enfraquecer o regime (ONU 1962). Nesta época, a AGNU era composta por 110 Estados, dos quais mais de trinta eram africanos. Nota-se que, após a primeira grande onda de independências da África, os temas africanos passaram a ter maior visibilidade e representatividade nos organismos internacionais.

Wolpe (1972) apresenta o trabalho migratório como peça chave ao arranjo capitalista sul-africano, definido como “desenvolvimento separado”. O autor alega que esse tipo de migração servia como uma importante ferramenta para o funcionamento deste sistema, cuja dinâmica era baseada na opressão aos negros – imigrantes e nativos – e na acumulação de capital do país. Tal sistema era alimentado devido à oferta de trabalho apresentada na RAS e a falta de emprego na região austral do continente, o que resultava na vinda de imigrantes das localidades para a RAS. Assim, apesar da situação

5 Anteriormente ao massacre de Sharpeville, a Lei do Passe obrigava aos cidadãos não branco a portar uma caderneta de licença para locais específicos. Foi uma legislação segregacionista com finalidade de controlar a mobilidade dos operários.

irregular na maioria dos casos, entende-se que a mão de obra barata fornecida pelos imigrantes⁶, garantiu o fortalecimento do capital sul-africano, que por sua vez modificou o equilíbrio entre produção e distribuição interna, além de ter prejudicado o desenvolvimento dos países vizinhos, atingindo especialmente na produção agrícola desses. A questão racial envolvida neste regime implicava em grandes efeitos para a economia do país, uma vez que as leis de controle de circulação e de trabalho garantiam a mão de obra barata para o rápido crescimento econômico sul-africano (Wolpe 1972).

Durante o Apartheid, o processo de urbanização na África do Sul se acelerou, fenômeno que contribuiu para o aumento do fluxo migratório para o país. Em paralelo à questão dos imigrantes destinados à força de trabalho nas minas, a oferta de trabalho no setor industrial também se apresentava com as mesmas características separatistas. Assim, Wolpe (1972) observa que muitas indústrias sul-africanas eram instaladas aos arredores das homelands (espaços que limitavam a moradia dos negros no país), facilitando o acesso negro à indústria. O envolvimento de tais trabalhadores com o meio urbano contribuiu para o fortalecimento da consciência política destes, onde, mesmo diante da opressão, a identificação e o relacionamento com os movimentos de libertação se estreitava.

Na década de 1960, o crescimento econômico da RAS colocava o país entre as dez maiores economias do mundo. Assim, o desenvolvimento econômico e industrial sul-africano fez do país o principal polo econômico da África Austral, estabelecendo uma espécie de força gravitacional sobre os vizinhos. Em 1969, o país firmou um acordo de união aduaneira entre Botsuana, Lesoto e Suazilândia, criando laços de dependência das economias vizinhas diante da África do Sul (Pereira 2007).

Se no plano regional o país se afirmava junto aos vizinhos, internamente, as homelands enfrentavam a carência de diversos serviços e recursos,

6 A maior parte dos trabalhadores imigrantes eram empregados em minas, deparando-se com condições de insegurança à própria saúde. Muitos imigrantes negros eram colocados em circunstâncias de trabalho piores que a dos brancos, pois o segundo grupo não aceitava ocupar o mesmo espaço de trabalho que o primeiro, pela recusa de estar em condições iguais a esses. Assim, o racismo imposto tanto pelo governo, quanto o manifestado pela sociedade branca da África do Sul, implicou para que os negros fossem expostos a maiores riscos e, conseqüentemente, as maiores vítimas do trabalho nas minas (profissão que apresentava risco à saúde de muitos trabalhadores, culminando inclusive em mortes). Ao serem expostos ao trabalho nas minas, os trabalhadores eram afetados por doenças provocadas pelo contato com a poeira, como a tuberculose e demais doenças respiratórias. Diante disso, o governo sul-africano repatriava muitos de seus imigrantes, que recebiam pagamentos e medicamentos por tal invalidez. Entretanto, o regresso destes imigrantes resultou na propagação epidêmica da tuberculose em locais carentes de assistência médica no país (Darch 1981).

alargando a miséria dentro do país mais rico da África (Pereira 2007). Em termos sociais, do breve crescimento industrial do país emergiu um cenário de desigualdade econômica e de transformação demográfica, onde, enquanto os espaços destinados aos brancos apresentavam maior crescimento econômico (e populacional), a população negra era instrumentalizada para sustentar esse modelo (Braga 2011).

Nesse contexto, a RAS passou a ser alvo de algumas sanções internacionais e, para driblá-las, o governo visou a autossuficiência do maior número de áreas possíveis (salienta-se o desenvolvimento militar para manutenção do regime), fazendo valer o “desenvolvimento separado”. Entretanto, mesmo em face ao isolamento externo, a economia sul-africana ainda dependia do comércio internacional, que representava em torno de 50% do PIB sul-africano no período (Pereira 2010).

Diferente do isolamento que o governo almejava para o desenvolvimento econômico branco no país, os militantes contra o Apartheid buscaram alianças externas, criando redes internacionais de apoio e, também, instalando-se fora do território da África do Sul. Nesse movimento, procuravam por auxílio técnico, financeiro e, principalmente, militar. Assim, destaca-se a aproximação do MK com a URSS e China⁷, das quais obtiveram apoio político e treinamento militar (Shubin 2008).

Se os anos 1960 apresentaram um salto econômico para a África do Sul, o mesmo não pode ser afirmado para as décadas de 1970 e 1980, caracterizadas pela decadência econômica do Apartheid, contribuindo para o colapso do regime (Pereira 2010). Para o sistema internacional, os anos 1970 ficaram marcados pela crise do padrão-ouro, rompendo com a era do crescimento econômico que prevalecia desde o fim da Segunda Guerra. Diante desse quadro, a URSS procurou fortalecer seu posicionamento global através de apoio aos movimentos terceiro-mundistas com o incremento de assistência militar, técnica e, em alguns casos, financeira, para diversos movimentos de libertação (Oslow 2013).

A soma dos desafios internos e regionais levou o Apartheid à estagnação econômica, principalmente em virtude dos altos custos de produção na indústria, para a manutenção do sistema e para os gastos militares que assolavam o país. Os problemas de ordem econômica, manifestados nos anos 1970, acrescidos às questões sociais no âmbito doméstico, regional e

7 Em um primeiro momento, em virtude das rivalidades sino-soviéticas, Pequim optou por uma aproximação com o PAC, em detrimento do ANC (apoiado pelos soviéticos). Entretanto, ao longo da década de 1960, a China passou a se aproximar do ANC que enviou membros para treinamento em Pequim e Nanquim.

internacional, instigaram o debate sobre a reforma do regime do Apartheid. Esse período reflete a incapacidade do governo sul-africano em manipular os acontecimentos na região, especialmente no que tange aos impactos da Revolução dos Cravos (1974), que levou à queda do regime salazarista em Portugal. O fim do regime potencializaria a ascensão de grupos de orientação marxista pela libertação em Angola e Moçambique (Visentini 2016).

O fortalecimento destes grupos revolucionários, posicionados também contra o *Apartheid*, implicou um posicionamento sul-africano mais agressivo para com os seus opositores. Assim, observa-se que a RAS passou a apoiar movimentos armados contra revolucionários na esfera regional. Nesse período, nota-se a aliança do governo sul-africano com os movimentos da União Nacional pela Independência Total de Angola (UNITA) e da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), ambos em Angola, e com a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO). Os três grupos apresentavam-se como antissocialistas e, logo assim, recebiam apoio internacional antissoviético. Se nos anos 1960 a África do Sul mantinha boas relações com seus países vizinhos, na década de 1970, a geopolítica regional foi alterada. Além do colapso do colonialismo português na África, as mudanças nas interações entre Washington e Moscou amplificaram a tendência conflitiva na região (Braga 2011).

Além de aliar-se a movimentos armados de outros países da região, a RAS intervinha diretamente em territórios alheios, como no caso da Namíbia, onde o governo sul-africano desconsiderou as sugestões da ONU de desocupar o país e não mais administrá-lo. No território de Angola, a África do Sul passou a investir pesadamente em aparatos militares, pois já não recebia apoio militar estadunidense, com vistas a combater os grupos de resistência que obtinham apoio direto da URSS e de Cuba (Vichinsk 1987). Tais intervenções geraram desequilíbrios orçamentários na África do Sul e, ademais, as limitações e o desgaste das tropas sul-africanas colocaram em xeque seu poder estatal, afinal o regime não conseguiu enfraquecer a influência socialista na região e exaurir os movimentos de libertação (Pereira 2007).

Regionalmente, reconheceu-se as carências econômicas e militares do *Apartheid*, mobilizando a sociedade civil sul-africana a intensificar a resistência contra o regime. Entretanto, em resposta, o governo também intensificou a violência no âmbito interno diante de manifestações anti-Apartheid. A partir de 1976, uma nova onda de revolta se disseminou entre diversos núcleos da sociedade negra sul-africana. Este período ficou conhecido como a “Revolta de Soweto” (Braga 2011).

O cenário de decadência econômica e de intensificação das manifestações civis, apresentados no decorrer anos 1970, fortaleceu-se na década seguinte. Em 1983, criou-se a Frente Democrática Unida (UDF) para aumentar a resistência ao Apartheid, mobilizando frentes em todo o país, o que levou o governo a declarar Estado de Emergência. Internacionalmente, os anos 1980 marcam a queda do preço do ouro no mercado internacional, intensificando a crise econômica que assolava a África do Sul, onde o desemprego aumentava e atingia a população branca do país, que já se manifestava contra o regime. Além disso, o período de 1980 marcou a independência da Rodésia do Sul (1980), passando a chamar-se Zimbábue (Braga 2011).

Apesar da situação econômica que prejudicava a sociedade sul-africana, o governo da África do Sul mantinha suas políticas intervencionistas e prestava assistência para alguns grupos armados que agiam nos países vizinhos, como Zimbábue e Botsuana, incentivando também golpes (ou tentativas) militares na região, buscando dissolver a soberania dos demais Estados da região. Ademais, para desestabilizar os países que faziam frente ao Apartheid, o governo da RSA abrigava grupos militares que atuavam contra os Estados da Linha de Frente (do inglês, FLS)⁸, financiando e prestando demais tipos de suporte para diferentes grupos (Pereira 2007).

Em 1988, militares do Apartheid foram derrotados pelas Forças Populares de Libertação de Angola (FAPLA), na região de Cuito Cuanavale, ponto crucial para o fim do cessar fogo entre África do Sul e Angola e do intervencionismo militar sul-africano em Angola e Namíbia, resultando mais tarde na independência da Namíbia (1990) (Horing 2015). Um ano após a Batalha de Cuito Cuanavale, F. W. de Klerk assume a presidência da África do Sul, sendo o último governante do Apartheid no país.

Ao assumir o poder, De Klerk começa a afrouxar o regime de segregação⁹. Em 1990, Nelson Mandela foi libertado da prisão, depois de 28 anos de encarceramento. Após a soltura de Mandela, intensificaram as tratativas de dissolução do regime Apartheid e a migração para o regime democrático. Este período de transição foi caracterizado por diversos conflitos políticos e até mesmo pela morte de importantes lideranças políticas do país. O referente momento de transição ascendera os conflitos entre negros e brancos

⁸ *Frontline States*, ou Países da Linha de Frente, é um grupo formado em 1970 por países situados na região da África Austral, para trabalhar com políticas anti-Apartheid. O FLS chegou a ser formado por Angola, Botsuana, Lesoto, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia, Suazilândia e Zimbábue.

⁹ Ainda em 1989 o governo legalizou todos partidos e organizações anti-Apartheid banidas anteriormente, além de liberar sete prisioneiros políticos e invalidar algumas leis segregacionistas.

na África do Sul, tratando-se de um delicado período que poderia culminar em uma avalanche de acontecimentos prejudiciais ao desejado fim do Apartheid (Branco 2003).

Durante o período transitório (1990-1994) aprovou-se a Lei de Controle de Estrangeiros de 1991, que regeria a entrada de estrangeiros na África do Sul (*Aliens Control Act 1991*). Perante tal legislação, o imigrante que viesse para África do Sul passaria pela avaliação de um Conselho de Imigrantes, formado por brancos que julgariam os possíveis casos de permanência no país. Nota-se, então, que essa lei, uma das últimas manifestações do Apartheid, foi criada sob bases segregacionistas e servia para limitar o acesso da imigração negra ao país (*Aliens Control Act 1991*). Ao observar a *Aliens Control Act (1991)*, Almeida (2015) analisa que:

Os pedidos de permanência na África do Sul sempre passavam pelo Conselho de Imigrantes, fazendo com que a decisão fosse extremamente subjetiva. Em outras palavras, o migrante teria que ser assimilado por esse Conselho, ou seja, pela população branca. Por isso, a entrada de negros no país foi restrita, porém, como migrantes trabalhadores eles eram muitas vezes aceitos (Almeida 2015, 223).

Ainda no âmbito das migrações para a África do Sul ocorrentes nos anos 1990, identifica-se que o país mantinha-se como o principal destino das migrações de trabalho em toda África Subsaariana. Estima-se que em 1992, a soma da força de trabalho imigrante encontrada nas minas sul-africanas chegava a aproximadamente 166 mil, enquanto o setor agrícola empregava cerca de 100 mil imigrantes. Além disso, observa-se que o baixo poderio econômico dos países vizinhos, como Lesoto e Suazilândia, fortalecia uma relação de dependência econômica para com o Estado sul-africano (Acosta 2011).

Em novembro de 1993 deu-se o fim das negociações que oficializaram a queda do Apartheid¹⁰. Em abril de 1994 realizou-se a histórica eleição onde negros, mestiços, indianos e brancos votaram pela presidência da África do Sul, elegendo Nelson Mandela (eleito pelo ANC) como o primeiro presidente negro do país, para o mandato 1994-1998. Mandela assumiu a missão de reposicionar a África do Sul no contexto regional e internacional, além de dar início ao desmantelamento das barreiras segregacionistas em seu país, que já encontrava novos desafios estruturais deixados pelo regime anterior (Branco 2003).

10 O acordo para o fim do Apartheid na África do Sul, problema africano resolvido por meios africanos, resultou na atribuição do Prêmio Nobel da Paz a Mandela e De Klerk (Branco 2003).

Apesar de o governo Mandela significar uma nova era para a África do Sul, a política do país ainda apresentava antigos atores pró-Apartheid, com poder de influência na formulação de políticas públicas. Nesse cenário, guiado pela disputa entre anti e pró antigo regime, aprovou-se uma Emenda para a Lei de Controle de Estrangeiros e a Lei 88 de Cidadania Sul-Africana, em 1995. A partir destas, definia-se como *alien* toda e qualquer pessoa que não fosse de cidadania sul-africana. A partir da Lei 88, a justiça sul-africana passou a interpretar que qualquer pessoa que não comprovasse sua regularização no país estaria sujeita a deportação (South African Citizenship Act 1995). Também, durante o governo de Mandela ratificou-se a nova Constituição sul-africana (1996), avançando em defesa da DUDH para todas as pessoas na África do Sul (Constitution of the Republic of South Africa, 1996). Além disso, o ano de 1996 representa a data de ratificação da Convenção de Genebra (1951) sobre o direito das pessoas refugiadas, o mesmo para a Convenção da Unidade Africana (1969) sobre refugiados (Almeida 2015).

Em 1998, o Parlamento da República da África do Sul ratificou o Refugees Act (Lei do Refúgio), de acordo com a Convenção de Genebra (1951), que definia a questão dos refugiados e seus direitos. Além da Convenção de Genebra, a Lei do Refúgio de 1998 também era influenciada pela Convenção da Organização da Unidade Africana que rege os Aspectos Específicos dos Problemas dos Refugiados na África (1969). Assim, em contraste à Lei de 1991 e suas respectivas emendas, nota-se avanço do governo sul-africano perante as normas internacionais referentes aos refugiados (Refugees Act 1998) e posicionamento favorável à causa das migrações.

Após Mandela, Thabo Mbeki (ANC) assume a presidência do país, no ano de 1999. Neste período, a África do Sul enfrentara dificuldades em combater as heranças social, política e demográfica deixadas pelo Apartheid. Entende-se que, mesmo usufruindo do maior desenvolvimento econômico e industrial da região, o referente país também expunha antigos e novos obstáculos a serem combatidos, como a expansão do vírus HIV e da tuberculose, que comprometia grande parte da sociedade sul-africana (Branco 2003).

Os movimentos migratórios na África Austral e suas relações com os movimentos de libertação africana: uma perspectiva regional

A etapa anterior conferiu uma análise sobre os fluxos migratórios na África do Sul sob o Apartheid, momento em que o país era constituído

por bases segregacionistas e objetivava seu “desenvolvimento separado”. Para aprofundar a compreensão do fluxo migratório da África Austral para a África do Sul, a presente etapa dispõe-se a analisar a África Austral à luz dos movimentos de libertação africanos na região, especialmente no que refere-se as migrações à África do Sul, durante o período dos anos 1960 ao início dos anos 2000.

Antes, o domínio inglês caracterizava-se por distintos meios de dominação dos territórios africanos, legitimados como uma extensão da metrópole. Os britânicos buscaram dominar territórios africanos através de alianças econômicas e militares, e pelo uso da força. Como contraponto a presença inglesa na região, observa-se o fortalecimento dos movimentos de libertação africana, que favoreceram a criação de novos países de governos autônomos, porém a economia ainda ligava-se à ex-metrópole (Ribeiro e Visentini, 2013).

Mesmo dando legitimidades administrativas de autogoverno aos novos Estados africanos, entende-se que o neocolonialismo inglês mantinha suas tradicionais alianças que privilegiavam elites locais e inglesas. Assim, o neocolonialismo inglês se apropriava de suas ex-colônias, visando a manutenção dos sistemas de exploração de recursos naturais com os países africanos. A exemplo disso vê-se que as ex-colônias inglesas na África, ao se independentizar, juntavam-se à dinâmica econômica da Commonwealth (1931), dando manutenção ao domínio inglês na região. Ademais, percebe-se que com o fortalecimento do capitalismo econômico do pós-Guerra Fria, intensificava-se a ideia de que a região serviria como um mercado consumidor para o sucesso financeiro inglês (Pereira 2010).

Internacionalmente, o Apartheid sul-africano resultou na alienação da África do Sul perante o arranjo regional. O rompimento de relações que tal país logrou com a Inglaterra impactou com o apoio inglês no processo de independência de alguns Estados da região. Nesse sentido, observa-se a relação de Londres com os territórios da Alta Comissão, forma que era chamada a extensão da Bazutolândia, Bechuanalândia e da Suazilândia. O fortalecimento do Apartheid durante os anos 1960 ameaçava os interesses geopolíticos e econômicos da coroa inglesa na África Austral. Assim, em 1966, com o apoio da Inglaterra, Bazutolândia (Lesoto) e Bechuanalândia (Botsuana) se tornaram independentes. Para a população que buscava fugir do regime sul-africano, a independência desses países vizinhos se apresentava como um local de refúgio, principalmente após a revolta de Soweto, que intensificou os confrontos armados no país (Chanaiwa 2010).

Ainda sobre as independências na África Austral, apoiadas pelos ingleses, nota-se a independência da Suazilândia (1968), conquistada sob a

forma de protetorado inglês após uma conferência constitucional organizada na Inglaterra (Darch 1981). Já a independência moderada de Botsuana, Suazilândia e Lesoto, os BSL-states (Estados BSL), garantia soberania sob influência inglesa nestes territórios, o que culminaria no estreitamento das relações comerciais entre os Estados BSL, levando-os a um acordo de união aduaneira firmado ainda em 1969 (Pereira 2007). A referente aproximação contribuiria com o avanço das políticas migratórias trabalhistas dos Estados BSL para a África do Sul. Tais países serviram como fornecedores de mão de obra migratória para a RAS, junto de Malauí, Moçambique, Namíbia e Zimbábue (Darch 1981).

O processo de dissolução da Federação da Rodésia e da Niassalândia (1953-1963) ocorre junto à independência da Zâmbia (ex-Rodésia do Norte), em 1964, que aconteceu sob o fortalecimento da mobilização popular, influenciada pelos movimentos nacionalistas africanos da época (Visentini 2012). Com o fim da Federação da Rodésia e da Niassalândia, as elites política e econômica da Rodésia do Sul divergiam com as propostas inglesas, no que resultaria em um referendo sobre a independência do país, tornando a Rodésia do Sul independente da Inglaterra, em 1964. O novo governo sul-rodésiano foi responsável pelo desenvolvimento de um regime de segregação similar ao sul-africano, que oprimia os movimentos de libertação negros e implementava leis que limitavam o espaço de vivência da população negra no país (Chanaiwa 2010).

Não obstante, a Rodésia do Sul entraria em guerra contra o Exército Africano de Libertação Nacional do Zimbábue (ZANLA), a União Nacional Africana do Zimbábue (ZANU) e o Exército Revolucionário do Povo do Zimbábue (ZIPRA), além de prender algumas das lideranças revolucionárias. Assim, a opressão no país potencializaria um conflito de guerrilha que permaneceria até 1979. O regime racista terminaria no ano seguinte, quando Robert Mugabe fora eleito à presidência do Zimbábue. O país passaria a ser governado pelo fundador da União Nacional Africana do Zimbábue – Frente Patriótica (ZANU-FP) (Zimbabwe African National Union – Patriotic Front – ZANU-PF) e, também, um dos protagonistas na luta contra o regime segregacionista em seu país. Esta mudança também apresenta o momento em que o país passou a se chamar Zimbábue¹¹. Devido à proximidade territorial com a RAS, esse Estado sofreu constantes agressões armadas, que apenas cessaram com o fim do Apartheid sul-africano (Visentini 2013).

¹¹ Ao considerar o ambiente de opressão do governo, da fragilidade econômica a qual os negros zimbabuanos estavam submetidos e da insegurança que os 15 anos de conflito armado apresentavam, pode-se considerar que o fluxo de imigrantes do Zimbábue para África do Sul, volta-se também ao acesso ao mercado de trabalho (Wolpe 1972).

A independência política administrativa dos países da África Austral não expressava a emancipação econômica e social esperada pelos africanos, que fortaleciam as reivindicações para libertação destes povos. Assim, Chanaiwa (2010) observa que os referentes movimentos de libertação eram caracterizados pelos seguintes pontos:

- A rejeição absoluta do imperialismo, do colonialismo, do racismo e do capitalismo, bem como a sua indefectível ligação com os princípios da autodeterminação, do pan-africanismo, do não alinhamento e dos direitos fundamentais da pessoa humana;
- Relações privilegiadas com o proletariado urbano, com a massa camponesa e com os intelectuais progressistas, considerados como a ponta de lança revolucionária do processo de libertação;
- A adoção das teses do socialismo científico marxista-leninista, em matéria de produção, de distribuição, de consumo e de relações sociais;
- A recusa em inscreverem-se no quadro das relações de dependência ou de subordinação com outros países e o fortalecimento da solidariedade com os outros movimentos de libertação e com os outros povos oprimidos do mundo (Chanaiwa 2010, 319).

Em Angola e Moçambique, os movimentos de libertação recebiam apoio internacional do MNAL, do Comitê de Libertação da Organização da União Africana, da China, da URSS e demais movimentos globais de solidariedade (Chanaiwa 2010). Por outro lado, as elites coloniais desses países, somadas ao apoio das elites brancas da África do Sul e Rodésia do Sul, proviham de suporte advindo da Alemanha Ocidental, EUA, França e Inglaterra (Chanaiwa 2010).

Na África Austral, as primeiras vitórias das guerrilhas anti coloniais foram logradas nos países colonizados por Portugal. Observa-se que os ideais destes movimentos não só influenciaram africanos, como também impactaram a população portuguesa¹².

Em 1974, o sistema internacional enfrentava um momento de crise devido ao aumento no preço do barril de petróleo. Entretanto, tal período também marcou o fim do fascismo de Salazar em Portugal, na chamada Revolução dos Cravos. A queda do regime salazarista implicou para a assinatura

12 Sobre os efeitos das guerras coloniais para a população portuguesa: “Por volta do fim dos anos 1960, elas (as guerras) absorviam cerca da metade do seu orçamento anual e, enquanto os elementos conservadores, o estado-maior do exército, assim como os dirigentes financeiros eram favoráveis ao prosseguimento da guerra, a opinião pública, por sua vez, perdera o entusiasmo.” (Chanaiwa 2010, 320).

dos acordos de Lusaka, reconhecendo provisoriamente as independências de Angola e Moçambique, ambas proclamadas independentes em 1975, com apoio de movimentos – armados e clandestinos – de libertação nacional, ideologicamente influenciados pelo marxismo-leninismo (Acosta 2011).

A independência destes países resultou em efeitos-chave para a geopolítica da região e na intensificação dos conflitos na África Austral. Em Moçambique, o conflito armado iniciou em 1964, quando a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)¹³, decidiu combater militarmente a opressão branca exercida pela Frente Nacional Moçambicana (RENAMO), partido que recebia apoio do governo sul-africano, Malauí e Rodésia do Sul. Conforme mencionado, a independência do país fora conquistada em 1975, com a proclamação da República Popular de Moçambique (Onslow 2013).

No que se refere ao fluxo migratório de Moçambique para África do Sul, identifica-se que a Guerra Civil em Moçambique resultaria na fuga de aproximadamente 350 mil moçambicanos para a África do Sul. Porém, os refugiados moçambicanos tiveram seus respectivos pedidos de refúgio negado. Só em 2000, o governo sul-africano regularizou a situação destes migrantes concedendo-lhes visto de residência no país (Crush 2008). Este fluxo era caracterizado pelo trabalho migratório, onde trabalhadores agrícolas fugiam do conflito armado em Moçambique e partiam rumo à RAS (Adepoju 2008).

O conflito armado entre a FRELIMO e a RENAMO teve fim em 1992, com o acordo de paz que selaria o fim da Guerra Civil, por meio da abdicação da orientação marxista leninista em Moçambique, seguido da abertura econômica do país. As primeiras eleições multipartidárias ocorreram em 1994, quando se elegeu Joaquim Chissano (FRELIMO), que governou de 1986 até 2004 (Visentini 2012). Estima-se que, com o fim do conflito moçambicano, cerca de 20% da população que migrou para a África do Sul regressaria para o país de origem, enquanto o restante permaneceria em território sul-africano, estimulados pelo contexto pós Apartheid (Crush 2008).

Quanto ao processo de libertação em Angola (1961-2002), nota-se que os movimentos pela libertação de Angola identificam-se em três principais grupos: a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) (1954), o Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA) (1956) e a União para a Independência Total de Angola (UNITA) (1966). Em 1975, por decorrência

13 A FRELIMO (1962) foi resultado da fusão da União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO) (1960) com a União Nacional Africana de Moçambique (MANU) (1961). O movimento era composto por trabalhadores rurais e urbanos, homens de negócio e, também, de intelectuais. Para saber mais, sugere-se a leitura de Chanaiwa (2010).

da Revolução dos Cravos (1974), reconheceu-se um governo de transição entre Portugal e os três movimentos acima listados. Todavia, devido à falta de coesão política e ideológica, se travou uma Guerra Civil, potencializando o ambiente de Guerra Fria na África Austral¹⁴ (Visentini 2013).

A guerra em Angola representa significativos impactos para geopolítica da região, por tratar-se da mais rica e estratégica colônia de Portugal na África, que passou a ser representada por um governo socialista em ascensão. Além da questão regional, o conflito em Angola teve a participação direta e indireta de atores internacionais, apresentando um espaço de conflito armado com distintos propósitos e interesses. Como exemplo, analisava-se a intensificação dos conflitos armados entre África do Sul e a guerrilha do MPLA, militarmente apoiado por Cuba e URSS (Schmidt 2013).

O confronto entre África do Sul e o MPLA também impactou no movimento de libertação na Namíbia. Nesse contexto, a Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO, do inglês) apresentava-se como o principal braço armado na busca pela liberdade de seu povo diante da ocupação sul-africana. O governo sul-africano ocupava ilegalmente o país, utilizando isso a favor do Apartheid, forçando a população local ao trabalho migratório nas minas em ambos os países. Diante disso, a SWAPO recebia apoio da MPLA, bem como de Cuba e da URSS, na luta contra os sul-africanos, que por sua vez, recebia apoio da Alemanha Ocidental, Estados Unidos, França, Inglaterra e Israel. Porém, com o fortalecimento da mobilização internacional contra o Apartheid, os boicotes à RAS foram crescendo, implicando no isolamento do país e na perda de apoio internacional. Nesse cenário, em 1988, após a derrota do exército sul-africano em Cuito-Cuiavale, ocorre a retirada das tropas cubanas de Angola, resultando na independência da Namíbia (1990) (Schmidt 2013).

O conflito em Angola resultou no surgimento de milhares de refugiados de guerra, bem como no crescimento do tráfico de mulheres e crianças vindas desse país. Porém, tal fluxo migratório não visava a África do Sul como destino, uma vez que o país não se apresentava receptivo à migração negra (SIHMA 2014). Em 1991, já se negociava o cessar-fogo da guerra civil angolana, mas que apenas resultaria em pausas no conflito. Assim, no âmbito

14 Referente à participação externa à luz da Guerra Fria, no conflito em Angola, identifica-se o seguinte tabuleiro: A FNLA recebia apoio dos EUA e do Zaire, mas à partir dos anos 1970, China, Coréia do Norte e Romênia também passaram a apoiar o movimento; enquanto a o MPLA era inicialmente apoiado por China e URSS, passando também a ser apoiado por Cuba, Coréia do Norte e de alguns países do leste europeu; enquanto a UNITA recebia suporte advindo da China, África do Sul, Portugal (vide participação de Portugal na OTAN). Para saber mais, verificar em Schmidt 2013.

do Conselho de Segurança das Nações Unidas, gerou-se a Missão de Observação das Nações Unidas em Angola (MONUA) (1997-1999), criada através da Resolução 1118 para promoção da paz e integridade angolana. O fim deste conflito apenas ocorreria em 2002, pondo fim ao período que representa a mais severa crise econômica e social de Angola (Visentini 2012).

África do Sul: os reflexos do pós-guerra fria e do fim do Apartheid para os fluxos migratórios

Conforme visto ao longo dessa pesquisa, muitas das conquistas pela liberdade dos povos africanos ocorreram através de conflitos armados, através dos movimentos de guerrilha versus governos de severa opressão à população negra. Para a questão dos movimentos migratórios, além de observar o aumento do fluxo de refugiados de guerra oriundos da África Austral, nota-se o fluxo dos movimentos armados nas regiões fronteiriças, onde tais grupos eram abrigados em territórios vizinhos, para auxiliar na obtenção dos objetivos da luta armada de cada grupo.

Mesmo que o presente trabalho disponha-se em analisar os movimentos migratórios da região austral da África para África do Sul, percebe-se que a compreensão das questões política e econômica inseridas nos contextos regional e internacional são de fundamental importância. Desta forma, a última etapa deste estudo volta-se a examinar os reflexos do ambiente pós-Guerra Fria, como também do fim do Apartheid e dos últimos anos da guerra em Angola e seus respectivos efeitos para os fluxos migratórios direcionados à RAS.

Como já mencionado, o fim do padrão dólar-ouro (1971) impactou sobre a economia da África Austral, a qual dependia da exploração do ouro. Tal mudança implicou na contratação de mais imigrantes para as minas sul-africanas, resultando mais tarde na Conferência sobre Trabalho Migratório a África Austral, em 1978 (Darch 1981). Dado o papel subimperialista da África do Sul na região, apesar do declínio econômico do regime do Apartheid, apenas após a queda do muro de Berlim (1989), e o declínio sensível da URSS, que as pressões internacionais cresceram sobre o regime segregacionista (Chanaiwa 2010).

Com o fim Guerra, marcado pela percepção da unipolaridade e pela disseminação da globalização liberalizante, o continente africano perdeu importância estratégica na agenda de política externa e de segurança das Grandes Potências. Assim, os países da região perderam o seu poder de

barganha. Ademais, diante desse quadro, ocorreu a desarticulação dos temas africanos, com a diminuição de conflitos armados da região, embora o período seja também marcado pelo crescimento da pobreza e o avanço de doenças epidêmicas na África Austral, como o cólera, o HIV, a tuberculose e demais doenças letais (Visentini 2013). Destarte, verificou-se a marginalização africana e o descaso dos países centrais do sistema capitalista para com o continente.

No que se refere à África do Sul no contexto do pós-Guerra Fria, com o fim do Apartheid e a eleição de Mandela, houve o surgimento de uma nova África do Sul, voltada à políticas de cumprimento da DUDH e à reinserção regional e global. Nota-se, assim, a busca sul-africana em se reaproximar dos atores regionais para lograr um ambiente de cooperação e solidariedade entre seus povos, bem como o almejo do papel de liderança regional em espaços internacionais por consequência do potencial apresentado na nova África do Sul (Otavio 2015).

Em consonância com as mudanças políticas apresentadas na África Austral e com o final do Apartheid, a África do Sul passou a ser vista como um novo destino aos migrantes, notando o aumento do quadro de imigrantes africanos no país. O governo sul-africano estima que cerca de 160 solicitantes de refúgio chegaram ao país no decorrer dos anos 1994 e 2004.

Por outro lado, a Lei de Controle de Estrangeiros, assinada em 1991, apenas seria radicalmente modificada no século seguinte, no ano de 2002. Quanto à legislação para refugiados, somente em 1998 que se aprovaria a Lei do Refúgio (Refugee Act, 2000)¹⁵, que entrara em vigor em 2000, mostrando que, apesar do contraste entre a antiga e a nova África do Sul, as leis e políticas migratórias levariam tempo até lograr significativo progresso (Crush 2008).

Conclusão

As quatro décadas que compreendem o período entre os anos 1960 e 2000 representam uma etapa de radicais transformações para os Estados e sociedades africanas. O fim de grande parte dos conflitos armados e a libertação dos povos africanos impacta para o progresso da região. Ainda assim, esta nova página da história africana traz consigo a herança de mais de 500 anos de exploração (Chanaiwa 2010). Nesse sentido, entende-se que a nova agenda dos países africanos lidou com desafios herdados dos intensos períodos de intervenções branca no continente.

¹⁵ Para saber mais sobre a Lei do Refúgio (2000), sugere-se consulta ao site oficial do governo sul-africano.

Ao relacionar esse importante momento da história africana, conforme apresentado nesta pesquisa, com enfoque aos fluxos migratórios da África Austral para a África do Sul, aponta-se que a majoritária presença do trabalho migratório voltado ao referente país. Deste modo observa-se que tal dinâmica de migração gerou impactos na economia, sociedade e saúde da África do Sul e região. No que se refere à economia regional, pode-se apontar que a fuga de trabalhadores (em grande parte rurais) rumo à África do Sul, serviria como instrumento para o “desenvolvimento separado” desse país, no que mais tarde deixaria a região em desvantagem diante do avanço da globalização.

Quanto aos efeitos deste período para a sociedade africana da região, nota-se que o pós-Guerra Fria apresentara a reestruturação da sociedade africana, diante dos prejuízos estruturais deixados pelos conflitos regionais da Guerra Fria. Quanto à questão de saúde relacionada à dinâmica do trabalho migratório, aponta-se que a população migrante era deixada em situações de risco iminente à saúde, potencializando a expansão de doenças encontradas nos ambientes ao qual tais migrantes eram condicionados. Ademais, visualizou-se a presença de novos atores internacionais na região, como a aproximação da África do Sul com China, o MNAL e um novo fluxo migratório da África Austral para o referido país. Ademais, aponta-se sobre a ascensão de novos problemas para África do Sul, como o alto índice de desemprego, as epidemias do HIV e da tuberculose, bem como os desafios estruturais deixa-los pelo antigo regime segregacionista.

Por fim, esta pesquisa considera que o regime sul-africano oprimia os negros (nacionais e migrantes) não somente pela cor da pele, mas também pela classe econômica a qual esses pertenciam. Mais do que isso, a lógica do Apartheid obedecia a um ajuste na relação com a mão de obra do país, contribuía para o controle do desemprego, dos salários e da alocação da força de trabalho. Claramente, o regime impôs graves deformações sociais, seja pelo senso de inferioridade imposto, bem como pelo projeto subimperialista que afetou a estabilidade de toda a região. Nesse sentido, conclui-se que as ações do regime foram o principal catalisador de transformações que afetaram a demografia na África Austral.

Referências

- Acosta, María Elena Álvarez (coord.). 2011. "África Subsahariana: sistema capitalista y relaciones internacionales". Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO). 1.ed.
- Adepoju, Aderanti. 2008. "Current African Issues: Migration in sub-saarian Africa. Uppsala: Nordiska Afrika institute. N, 27.
- Almeida, Alessandra Jungs de. 2015. "Legislação Sul-Africana". Curitiba: Juruá. In: REDIN, Giuliana; MINCHOLA, Luís Augusto Bittencourt. Imigrantes No Brasil: Proteção dos Direitos Humanos e Perspectivas Político-Jurídicas.
- Braga, Pablo de Rezende Saturnino. 2011. "A rede de ativismo transnacional contra o apartheid na África do Sul". Brasília: FUNAG.
- Branco, Luís Bernardo Nunes Mexia Castelo. 2003. "A Política Externa Sul-africana: do *Apartheid* a Mandela." Portugal: Tese (Doutorado) - Instituto Universitário de Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Chanaiwa, David. 2010. "Capítulo 10 - A África Austral". In: Mazrui, Ali A.; Wondji, C. (Eds.). SP: Unesco, História geral da África.
- Darch, Colin. 1981. "Trabalho Migratório na África Austral: um Apontamento Crítico sobre a Literatura Existente". Maputo: Estudos Moçambicanos. n. 3.
- Onslow, Sue; Wyk, Anna-Mart Van. 2013. "Southern Africa In The Cold War, Post-1974". 1. ed. Washington: Woodrow Wilson International Center for Scholars (Wilson Center).1. ed.
- Otavio, Anselmo. 2015. "Por uma Nova Inserção Regional: o Legado de Mandela na Política Externa da África do Sul". Marília: Brazilian Journal of International Relations, Marília, v. 4, n. 3.
- Pereira, Analúcia Danilevicz. 2007. "África do Sul e Brasil: Dois Caminhos para a Transição ao Pós-guerra Fria – 1984-1994". Porto Alegre: Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas,
- _____. Analúcia Danilevicz; Medeiros, Klei. 2015 "O Prelúdio da Cooperação Sul-sul: da Conferência de Bandung à Conferência de Buenos Aires (1955-1978)". Porto Alegre: I Seminário Internacional de Ciência Política.

- Schütz, Nathaly Silva Xavier. 2014. “Integração na África Austral: a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e os Condiçionantes Históricos e Políticos da Integração”. Porto Alegre: Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
- Schmidt, Elizabeth. 2013. “Foreign intervention in Africa: from the Cold War to the War on Terror”. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1.ed.
- Shubin, Vladimir. 2016. “África do Sul: cenário político atual. Revista Brasileira de Estudos Africanos”, Porto Alegre, v. 1, n. 2.
- South African History Online. 2017. “Rivonia Trial 1963-1964”. Disponível em: <http://www.sahistory.org.za/topic/people-involved-rivonia-trial-1963-1964>.
- Vichinski, M. P. 1987. (ED.). “Sul da África: o Apartheid, o colonialismo, a agressão”. Edições Progresso: Tradução I Chaláguina; G Mélnikov. s.l.
- Visentini, Paulo Fagundes. 2016. “Revoluções e Relações Internacionais: o Caso Africano”. Porto Alegre: Revista Brasileira de Estudos Africanos, v.1, n.1.
- _____. Paulo Fagundes; Ribeiro, Luiz Dario Teixeira; Pereira, Analúcia Danilevicz. 2013. “História da África e dos Africanos”. Petrópolis: Vozes, 2.ed.
- _____. Paulo Fagundes Vizentini; Pereira, Analúcia Danilevicz. 2010. “África do Sul: história, estado e sociedade”. Brasília: FUNAG/CE-SUL, 1. ed.
- Wallerstein, Immanuel. 2017. “The World-System and Africa”. Nova Iorque: Diasporic Africa Press, 1.ed.
- Wolpe, Harold. 1972. “Capitalism and cheap labour-power in South Africa: from segregation to apartheid”. Londres: Economy and Society, v. 1, n. 4.

RESUMO

A presente pesquisa investiga os processos migratórios ocorridos da África Austral à África do Sul durante o período de 1960 ao início dos anos 2000. Diante deste recorte, sob à luz dos fluxos migratórios, investigam-se as influências do regime do Apartheid, da disputa bipolar da Guerra Fria, dos movimentos de libertação africanos, dos reflexos do desenvolvimento capitalista periférico na África do Sul e os desafios que tais eventos representaram para o país.

PALAVRAS-CHAVE

Fluxos Migratórios; Apartheid Sul-africano; África Austral.

Recebido em 16 de abril de 2018

Aceito em 14 de agosto de 2018